



Direito da Economia (LL 102)

23 de março de 2021

Exame final (R/M)

Instruções:

- O exame tem a duração total de 180 (cento e oitenta) minutos *improrrogáveis*.
- O exame é composto por quatro perguntas, às quais corresponde a pontuação total de 20 (vinte) valores.
- As respostas devem ser redigidas com caligrafia **legível** e não devem ultrapassar o limite total máximo de 4 (quatro) páginas. **As respostas que excederem o limite total de páginas não serão consideradas para efeitos de avaliação do exame escrito.**
- *Na pontuação atribuída a cada resposta será igualmente objeto de ponderação a correção da escrita, bem como a capacidade de expor, organizar e encadear os argumentos.*
- Podem ser utilizadas abreviaturas desde que na primeira utilização seja indicado por extenso o respetivo significado
- No decurso do exame está autorizada a consulta de legislação (simples e anotada), apontamentos, fotocópias e livros do próprio.
- A transcrição de passagens que sejam da autoria de terceiros deverá ser devidamente assinalada através da indicação do nome do autor e título da obra. A inclusão no exame de passagens da autoria de terceiros que não se encontrem devidamente assinaladas poderá configurar a prática de *plágio* e acarretar, entre outras consequências, a anulação integral do exame.
- A utilização de *tablets, smartphones, laptops* ou qualquer outro equipamento eletrónico que permita o acesso à internet não é permitida durante toda a duração do exame.

Boa sorte!

Pontuação (4 x 5 valores)

- 1) Em que consiste o princípio do *reconhecimento mútuo*, qual a sua origem e qual a sua relevância no contexto da integração europeia?
- 2) A distinção entre medidas sobre *caraterísticas dos produtos* e medidas sobre *modalidades de comercialização* foi introduzida pelo acórdão *Keck et Mithouard* (processos apensos C-267 and 268/91, *Criminal proceedings against Bernard Keck and Daniel Mithouard* [1993]). Explique (i) em que consiste esta distinção, (ii) a razão pela qual foi introduzida, (iii) quais as suas limitações e (iv) de que forma têm estas limitações sido superadas pela jurisprudência posterior ao acórdão *Keck et Mithouard*?
- 3) Em que consistem as *golden shares*, por que razão foram as mesmas introduzidas pelos Estados-Membros e qual o seu enquadramento à luz do Direito da União Europeia?
- 4) Estatui o artigo 83.º da CRP o seguinte:

Artigo 83.º - (Requisitos de apropriação pública)

A lei determina os meios e as formas de intervenção e de apropriação pública dos meios de produção, bem como os critérios de fixação da correspondente indemnização.

Analise os requisitos constitucionais a que está sujeita a apropriação pública dos meios de produção explicitando o seu conteúdo por referência a outras disposições constitucionais relevantes.